

A “RESISTÊNCIA DOS FORTES”: CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO PADRE NILO, AMORINÓPOLIS / IPORÁ-GO

THE “RESISTANCE OF THE STRONG”: CONSTRUCTION OF AUTONOMY TERRITORIES IN THE PADRE NILO SETTLEMENT, AMORINÓPOLIS / IPORÁ-GO

RICARDO JUNIOR DE ASSIS FERNANDES GONÇALVES

Doutor em Geografia e Professor no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Iporá
ricardo.goncalves@ueg.br

ANNA LÍGIA COELHO

Bolsista de Iniciação Científica e Aluna do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Iporá
annaligiac@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa resulta de investigações realizadas no âmbito do Projeto Luta pela terra, território e reforma agrária na Região Oeste Goiano, Goiás, junto ao Curso de Geografia e do Laboratório de Estudos Ambientais e do Território (LEAT), da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. O objetivo é demonstrar os principais desafios da produção e comercialização de alimentos em áreas de assentamentos rurais, com foco no Assentamento Padre Nilo, localizado nos municípios de Amorinópolis/GO e Iporá/GO. A metodologia priorizou procedimentos de pesquisa qualitativa em Geografia, como pesquisa de campo, entrevistas, diário de campo e observação direta. No desenvolvimento dos resultados apresentamos estudos de categorias que compõem o debate no campo da Geografia Agrária, analisamos os principais desafios da produção e comercialização de alimentos, as formas de organização camponesa e as estratégias locais e regionais para a consolidação de territórios da autonomia.

Palavras-Chave: Luta pela Terra. Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Oeste Goiano.

Abstract: The present research results from investigations carried out in the scope of the Project Fight for land, territory and agrarian reform in the Goiano West Region, Goiás, next to the Geography Course and the Laboratory of Environmental and Territorial Studies (LEAT), State University of Goiás - Campus Iporá. The objective is to demonstrate the main challenges of the production and commercialization of food in rural settlement areas, focusing on the Padre Nilo settlement, located in the municipalities of Amorinópolis / GO and Iporá / GO. The methodology prioritized qualitative research procedures in geography, such as field research, interviews, field diary and direct observation. In the development of the results we present studies of categories that compose the debate in the field of Agrarian Geography, we analyze the main challenges of the production and commercialization of food, the forms of peasant organization and the local and regional strategies for the consolidation of autonomy territories.

Keywords: Fight for the Earth. Land reform. Rural Settlements. West Goiano.

INTRODUÇÃO

Negros. Posseiros. Índios.
Lavradores sem terra.
Desempregados. Motoristas.
Operários mal pagos. Diaristas.
Professores humilhados.
Estudantes massacrados.
Estrangeiros rejeitados.

Jovens. Crianças. Velhos abandonados.
Sujeitados pelos Grandes
só em classe podem lutar.

(*Mensagem de Páscoa*, Padre Josimo, 1982).

Os versos do poema escrito por Josimo Moraes Tavares (1953-1986) sublinham a importância da luta coletiva da classe trabalhadora por justiça e igualdade em um país, o Brasil, cindido pela violência, expropriação e pilhagem, estrutura fundiária desigual e exploração implacável dos trabalhadores do campo e da cidade. Josimo foi expoente dessas lutas e sua vida somou-se à “resistência dos fortes”, dos homens e mulheres cujas ações defrontam mais de cinco séculos de expropriação e violência no campo brasileiro. Sacerdote católico e representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sua militância em defesa dos trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas do Bico do Papagaio, no atual (2018) Estado do Tocantins, foi implacável até seu assassinato. No entanto, sua vida e seu trabalho de sacerdote e militante em defesa dos pobres e “esfarrapados do mundo” são guardiões de histórias de resistências contra o latifúndio, o coronelismo e as oligarquias patronais. Logo, no “país do latifúndio”, a construção das resistências aglutina forças sociais que encontraram na figura de pessoas como o Padre Josimo a chama fulgurante das utopias e da coragem para mantê-las no horizonte das lutas.

Sendo assim, a construção das resistências que permeiam os desafios de acesso à *terra de trabalho* (MARTINS, 1983), concomitante com a defesa da efetivação de políticas de reforma agrária não se encerram com a conquista dos assentamentos pelos trabalhadores sem terra. Por consequência, a permanência dos camponeses na terra traduz a contínua luta cotidiana e irrefutável por um território da autonomia camponesa, de existência social com dignidade, produção e comercialização de alimentos saudáveis e geração de renda familiar.

Considera-se, nesse sentido, que um dos desafios centrais dos agricultores familiares assentados de reforma agrária está relacionado à produção e comercialização dos seus produtos. Produzir para o próprio consumo, vender o excedente e gerar renda para a família são elementos nucleares para a construção dos *territórios da autonomia*. Diante disso, diferentes alternativas têm sido edificadas no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial¹, organização em cooperativas, associações, Organizações

¹ Entre elas, destaca-se, por exemplo, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Política Geral de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Não Governamentais (ONGs), e movimentos sociais. Em suma, são alternativas coletivas que fortalecem as estratégias de luta e permanência no território.

Por conseguinte, a presente pesquisa resulta de investigações realizadas no âmbito do Projeto Luta pela terra, território e reforma agrária na Região Oeste Goiano, Goiás, desenvolvido junto ao Curso de Geografia e do Laboratório de Estudos Ambientais e do Território (LEAT), da Universidade Estadual de Goiás - Campus Iporá.

O desenvolvimento da pesquisa contou, primeiro, com a compreensão de noções e categorias importantes no campo da Geografia Agrária, como território, reforma agrária, ocupação, assentamento, desenvolvimento rural territorial e agricultura familiar camponesa. Feito isso, analisamos os desafios da produção e comercialização de alimentos com foco nas famílias do Assentamento Rural Padre Nilo, localizado entre os municípios de Amorinópolis e Iporá, na região do Oeste Goiano; verificamos se há acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural e se as famílias camponesas estão organizadas em feiras locais e regionais, associações e cooperativas; por fim, constatamos se a produção de alimentos pelas famílias assentadas ocorre com base em princípios agroecológicos.

Os procedimentos metodológicos contaram com técnicas de pesquisa qualitativa como revisão bibliográfica, realização de pesquisa de campo, observação direta, diário de campo e entrevistas. Com ênfase na pesquisa de campo, conforme Thomaz Júnior (2005), ela se apresenta como uma alternativa concreta de executar/praticar a leitura do real, sendo assim um momento ímpar do exercício da práxis teórica. É no campo que as entrevistas semi-estruturadas, a observação e diário de campo foram concretizados.

Em suma, acredita-se que a pesquisa contribui com o conhecimento da realidade agrária dos municípios da região do Oeste Goiano, Goiás, especialmente mediante a aproximação com áreas de assentamentos rurais e comunidades camponesas que enfrentam os desafios da produção e comercialização de alimentos. Por isso, defendemos as formas de organização dos agricultores, circuitos de comercialização e fortalecimento de entidades e espaços como feiras locais e regionais, associações, cooperativas que fomentam o acesso a políticas públicas e incremento de renda. Destaca-se ainda que os resultados apresentados estabelecem diálogos de experiências e saberes com as formas de resistência, luta pela terra e permanência no território, construção de espaços contra-hegemônicos pela agricultura camponesa.

EMBASAMENTO TEÓRICO DA PESQUISA: LEITURAS DA QUESTÃO AGRÁRIA

No interior da abordagem teórica e metodológica da pesquisa geográfica considera-se fundamental o entendimento da questão agrária no Brasil e suas implicações territoriais, econômicas e políticas. Fernandes (2001a) esclarece como o estudo dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária, das contradições do agronegócio exportador de *commodities*, as políticas de desenvolvimento rural territorial e as ações cotidianas dos camponeses e trabalhadores sem terra no país compõe um campo crítico de leituras geográficas do território e da formação do espaço agrário brasileiro.

Dessa maneira, Fernandes (2001) compreende a questão agrária como,

[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2001, p. 23).

Ademais, considerada “um elemento estrutural do capitalismo” (FERNANDES, 2001, p. 24), a questão agrária aglutina um conjunto de problemas que se relaciona, essencialmente, à propriedade da terra e,

[...] consequentemente, à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra: à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (FERNANDES, 2001, p. 23-24).

Com efeito, constata-se que a questão agrária envolve dimensões econômicas, sociais e políticas (FERNANDES, 2001) que incidem no campo brasileiro. Enfrentá-la pressupõe lutar contra o capital e suas diferentes formas de manifestação e reprodução das relações de exploração, erosão da saúde dos trabalhadores, pilhagem dos bens comuns, desigualdade, exclusão, miséria e fome. Desse modo, mesmo insuficientes, as experiências de lutas pela terra e pela reforma agrária construídas por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) expõem a força das resistências coletivas, as possibilidades

de enfrentamento contra a estrutura fundiária desigual que marca todo o processo de formação econômica e social do Brasil².

Nas últimas décadas as ocupações³ dos latifúndios revelam a cartografia das principais ações da luta pela terra e reforma agrária no território brasileiro, protagonizadas pelos movimentos sociais e consideradas essenciais para a realização e fortalecimento da política de assentamentos rurais. Ainda, exemplo concreto das ações que colaboram com o entendimento da questão agrária brasileira.

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2001b, p. 1).

Consequentemente, como explica Fernandes (2001b), o governo diz tentar solucionar conflitos no campo com a compra de terra, em resposta às pressões das famílias e trabalhadores sem terra em luta constante no campo brasileiro. No entanto, se os trabalhadores organizados nas lutas não ocuparem a terra, não há assentamentos, pois essa política não se efetiva de forma gratuita ou como se fosse um “presente dadivoso de bons governos”. À vista disso, Fernandes (2001b) defende a importância da luta pela terra e pela reforma agrária somada e fortalecida pela “luta constante contra o capital”, contra a exploração, escravização dos trabalhadores, grilagem de terras, expropriação e violência contra camponeses, povos indígenas e quilombolas.

Por essa razão, as formas de organização, luta e resistência camponesa revelam o amplo movimento de construção de “territórios alternativos” (HAESBAERT, 2006), da autonomia ou contra-hegemônicos no campo brasileiro. Nessa perspectiva, concorda-se com Fabrini (2007), ao afirmar que os movimentos sociais não podem ser considerados exclusivos no processo de construção das lutas camponesas. Para o autor, a resistência do campesinato não é monopólio da ação e organização dos movimentos sociais. Elas estão disseminadas nos territórios do trabalho e da existência comunitária, imiscuídas nas práticas culturais e políticas

² “O Brasil tem uma longa história de políticas fundiárias e de permanência da estrutura fundiária. Desde o século XVI com as capitâneas hereditárias e as sesmarias, no século XIX com a Lei de Terras de 1850 e no século XX com a Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988, diversas formas de governo criaram normas de intervenção para tratar dos problemas da concentração fundiária e das formas de usos da terra, sem nunca solucioná-los” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 79).

³ “[...] o Estado só apresenta políticas que atenuam os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência à esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania” (FERNANDES, 2001, p. 3).

cotidianas, propagadas nas relações de vizinhança e solidariedade. Logo, “o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”” (FABRINI, 2007, p. 9). Por conseguinte, é possível constatar entre os camponeses,

[...] um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

De toda maneira, acredita-se que o enfrentamento da estrutura agrária desigual, que faz do Brasil um país sublinhado pela exclusão dos trabalhadores do acesso a terra, as formas de organização, luta e ação coletiva pela reforma agrária e demais políticas de base rural/territorial ganham força com o protagonismo dos movimentos sociais. A história do Brasil é destacada por vários exemplos de lutas indígenas, quilombolas e camponesas, mas, nas últimas décadas, as ações de movimentos sociais como o MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) acentuam a grandeza das lutas coletivas. As lutas desses e outros movimentos sociais pressionam o Estado por políticas públicas que garantam o acesso a terra, moradia, educação, saúde e dignidade na cidade ou no campo, nas florestas e territórios ribeirinhos.

Logo, a reforma agrária constitui o centro de uma demanda histórica para os trabalhadores sem terra, os pobres, pilhados pela miséria, fome e violência que continuam na luta pelo mínimo de dignidade através da conquista da *terra de trabalho*, produção do próprio alimento, moradia própria e organização do trabalho familiar. Conquista dos “territórios da autonomia”. Destarte, Mendonça e Thomaz Junior (2011), defendem que é urgente e legítima a luta pela terra e por justiça social através da reforma agrária, e essa mesma luta não se restringe apenas à classe camponesa e sim à toda classe trabalhadora, que ainda permaneça na luta pela igualdade, na luta por dignidade. Diante das ofensivas do capital e suas ações de pilhagem contra os trabalhadores do campo e da cidade, o desemprego, a informalidade e a violência, políticas efetivas de reforma agrária e permanência da população camponesa no campo contribuem para a construção de um país justo.

Conforme Mendonça e Thomaz Junior (2011, p. 33),

A Reforma Agrária é uma questão essencial para milhares de trabalhadores do campo e da cidade que não possuem as mínimas condições de existência, em função das intensas transformações espaciais decorrentes da reestruturação produtiva do capital. A redução de postos de trabalho, as demissões em massa, o crescimento da informalidade, a precarização, a complexificação, a heterogeneização, a superexploração do trabalho e as diversas modalidades de sujeição da renda da terra recolocam a necessidade histórica da Reforma Agrária, não como política compensatória, mas, essencialmente enquanto possibilidade de assegurar condições dignas de vida para milhares de famílias.

Sendo assim, a reforma agrária não se limita apenas à distribuição da terra para os trabalhadores, ela envolve as dimensões concretas e simbólicas do território, seja o espaço da produção de alimentos, o acesso ao mercado, as relações de trabalho e as práticas culturais que perpassam a reprodução social da existência. Abrange também a luta contra o capital territorializado no agronegócio que impõe o controle as sementes e contaminar os solos, as águas, o ar e a saúde dos trabalhadores.

Disso resulta a disputa por terras e territórios no Brasil, especialmente em lugares cuja natureza dadivosa dos solos, florestas, águas e minérios desperta a avareza dos capitalistas que ameaçam com violência os camponeses e povos tradicionais.

Essa é a realidade enfrentada pelos povos tradicionais no Brasil. Esses povos têm a terra como modo de vida e têm que disputá-la com as empresas que veem a natureza como meio para exploração e lucro. O modelo de desenvolvimento em andamento no Brasil visa ao crescimento produtivo e econômico em detrimento das questões ambientais e sociais. A necessidade da instalação de infraestrutura e a ampliação da exploração da terra continuam a expropriar povos tradicionais e a agredir o meio ambiente de forma irreversível. Assim como proposto pelos povos tradicionais e os movimentos camponeses, precisamos de outro modelo de desenvolvimento para a manutenção da cultura desses povos tradicionais e do meio ambiente (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 79).

Por consequência, destacar a importância da agricultura camponesa enquanto parâmetro para a produção e distribuição de alimentos saudáveis para a população brasileira significa contrapor à lógica hegemônica do agronegócio que expande seus monopólios sobre territórios, populações tradicionais e trabalhadores para suprir o mercado internacional de *commodities* agrícolas. Portanto, destaca-se a relevância dos territórios camponeses cartografados pela presença dos assentamentos rurais e da reprodução do campesinato, constituintes de formas sustentáveis de relação intrínsecas com as águas, a terra, os animais, as sementes e as florestas.

Em razão disso, a agricultura camponesa recria-se através das lutas, do acesso a terra com a criação dos assentamentos rurais. Logo, os assentamentos são também territórios da existência camponesa, de suas lutas e resistências.

Uma expressão da luta dos camponeses para entrar na terra e nela permanecer é aquela desenvolvida pelos trabalhadores sem-terra. Apesar dos assentamentos serem uma realização do Estado, eles se constituem como território de existência camponesa e os assentados, pela sua luta e resistência, são os sujeitos do processo social e políticos. O território do assentamento é uma construção realizada por sujeitos sociais ativos (FABRINI, 2002, p. 04).

Em síntese, as pesquisas em assentamentos rurais⁴ localizados na região do Oeste Goiano, Goiás, contribuem para compreender as dinâmicas que movem as lutas camponesas em Goiás e no Brasil. Ainda, colaboram com os estudos da realidade cotidiana dos trabalhadores territorializados pela política de assentamentos rurais que ameniza a desigualdade que cinge o acesso a terra no país. Da mesma maneira, evidencia que os trabalhadores, camponeses e camponesas, não inibem suas ações de resistências quando conquistam a terra. Os enfrentamentos desses sujeitos mantêm o movimento ativo da vida, atravessam a luta para permanecer na terra, produzir alimentos, comercializar por intermédio de mercados curtos e acessar políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial.

OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: EXPERIÊNCIAS NO OESTE GOIANO, GOIÁS

Para compreender elementos da realidade social dos camponeses assentados pelas políticas de assentamentos rurais contamos com trabalhos de campo, ações de pesquisa e extensão no Assentamento Padre Nilo, localizados nos municípios de Amorinópolis/Iporá-GO, na região do Oeste Goiano (figura 1).

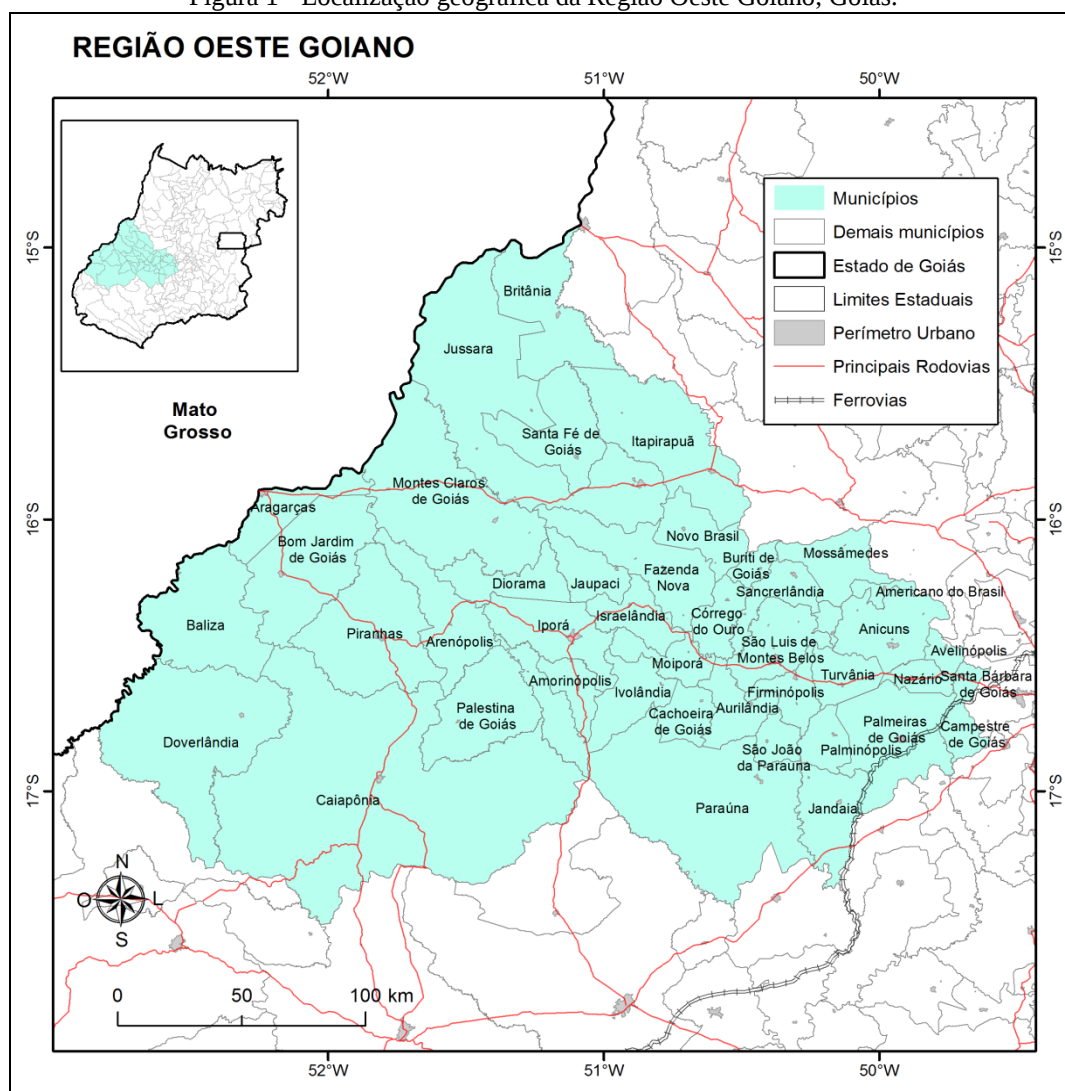
A diversidade de práticas agrícolas, usos do solo e da água nos municípios do Oeste Goiano, Goiás, expõem a territorialização de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios da região, expansão da monocultura da soja, áreas de pastagens dedicadas à pecuária leiteira, pequenas propriedades camponesas voltadas para a produção local, autoconsumo e comércio do excedente, acampamentos de trabalhadores sem terra e assentamentos rurais.

Destarte, para entender elementos que compõem a questão agrária dessa região goiana, foi priorizada a pesquisa no Assentamento Padre Nilo. Com a intenção de efetivar o acesso participativo nos territórios e ao cotidiano do trabalho, das reuniões coletivas, dos projetos e

⁴ Além da pesquisa realizada no Assentamento Padre Nilo, por meio do projeto “Luta pela terra, território e reforma agrária na Região Oeste Goiano, Goiás”, planeja-se conhecer e investigar a realidade de outros assentamentos rurais localizados em municípios do Oeste Goiano, particularmente nos municípios de Palestina/GO e Caiapônia/GO.

dos desafios na produção e comercialização de alimentos contamos com a metodologia dos trabalhos de campo. Brandão (2007), ao relatar suas experiências de trabalho de campo, refere-se à importância do contato participativo do pesquisador com o local. Isso pressupõe não focar apenas em coleta de dados, mas, deixar-se envolver com o dia a dia, com a história de vida das pessoas que habitam o espaço investigado. Brandão (2007) também ressalta a relevância do pesquisador ter em mãos um bloco de anotações. Observar direto, anotar e compor os relatos das apreensões fenomênicas experimentadas na pesquisa de campo.

Figura 1 - Localização geográfica da Região Oeste Goiano, Goiás.



Fonte: SANTOS et al., (2016).

Orientados por uma perspectiva participante da pesquisa, os primeiros contatos com os territórios e os sujeitos foram norteados por visitas nas casas dos camponeses, presença em reuniões, diálogos livres e apresentação da pesquisa. Na sede do Assentamento Padre Nilo, tivemos oportunidade de realizar diálogos em círculo, conhecer os projetos do Assentamento

voltados para a recuperação de nascentes, participar de oficinas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na formação de base e apoio aos trabalhadores assentados (figura 2).

Figura 2 – Participação em reunião da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e famílias camponesas do Assentamento Padre Nilo, Amorinópolis/Iporá



Fonte: Trabalho de campo, Maio de 2018. Autor: Ferreira, 2018.

Logo, atentos às questões que sublinham a história de lutas das famílias assentadas, buscou-se analisar a importância das ações que fortalecem a permanência dos trabalhadores no campo e da agricultura camponesa como fundamental na produção local de alimentos. Portanto, os diálogos espontâneos com as famílias, o contato com as narrativas de histórias marcadas por sonhos, perdas, desafios e conquistas, as caminhadas nas tardes entre as estradas rurais, permitiram aprofundar leituras geográficas do Assentamento e dos sujeitos. Constatou-se que o acesso a terra pelas famílias camponesas resultam em autonomia, coragem, alegria e dignidade.

O Assentamento Padre Nilo foi criado em 2007 (figura 3), e está dividido em 44 lotes numa área de 1463,6 hectares (INCRA, 2017). A territorialização do Assentamento em municípios do Oeste Goiano não representa apenas a redistribuição de terra para trabalhadores e, conseqüentemente, a amenização da concentração fundiária na região. Territorializou-se também novas formas de se relacionar com o solo, a água, as sementes; novas relações de vizinhança, festejos, reuniões coletivas e ações de solidariedade; novos sonhos e esperanças

numa vida acentuada pela integridade do trabalho na terra e a produção dos próprios alimentos.

Uma camponesa entrevistada no Assentamento Padre Nilo conta parte de sua história e a importância da conquista da terra.

A luta do povo sem terra é difícil. Nós conhecemos essa luta, participamos dela, fazemos parte dela. Desde criança passei pelas dificuldades de viver a realidade do sem terra com meus pais. Quando adulta essa dificuldade continuou presente na minha vida e na do meu companheiro. Vivemos em acampamentos de beiras de rodovias. Presenciamos momentos de medo, outros de coragem e tantos de lutas. Fomos humilhados por pessoas que passavam na estrada, xingavam nós sem terra, davam tiro para cima, ameaçava. Mas, resistimos, resistimos e hoje estamos aqui produzindo no lote do Assentamento Padre Nilo com a força do nosso próprio trabalho. A nossa vida mudou muito. A conquista da dignidade é evidente. Temos a casa com o quintal bonito, temos alimentos na nossa mesa, temos amizades novas, temos uma história de solidariedade. (Informação verbal, Assentamento Padre Nilo, Amorinópolis/GO, Ago./2018).

Figura 3 - Placa na chegada do Assentamento Padre Nilo com informações deste Assentamento de Reforma Agrária no Oeste Goiano.



Fonte: Trabalho de campo, Agosto de 2017. Autor: Ferreira, 2017.

Para essa e outras mulheres trabalhadoras, a conquista da terra efetivou sonhos, transformou a vida e o trabalho de sujeitos que vivem na e da terra. São histórias que expõem cartografias de uma existência de lutas. A terra para essas mulheres camponesas é fonte da vida, símbolo de fertilidade e da abundância de alimentos. Logo, outra mulher camponesa do Assentamento Padre Nilo, destacou sua experiência de luta pela terra/reforma agrária e pontuou a importância da conquista de um “pedaço de terra” para produzir os alimentos, criar gado leiteiro, galinhas e porcos, ter a própria moradia. Suas palavras são ainda uma narrativa que palmilha as contradições das formas de exploração no campo e, ao mesmo tempo, a

coragem e o “brado dos fortes”, a obstinação de homens e mulheres que foram e vão para as frentes de resistência e luta por terra e reforma agrária.

A minha história e da minha família é de muita luta. Venho de uma família de pais e avós todos trabalhadores empregados para gente graúda, fazendeiro grande que só explorava nosso suor. E assim foram muitos anos, meu pai e meu avô não puderam ter a própria terra, só trabalhavam, trabalhavam sem parar para garantir o básico para a família, uma comidinha só para não passar fome. Não existia liberdade, era igual trabalho em cativeiro. E assim foram anos, décadas de exploração, de muita exploração porque você sabe que dentro de latifúndio o chicote da maldade parece nunca ter fim. Mas, graças a Deus eu já tive a sorte de conhecer a luta, fui para dentro do movimento social, ocupei terra, fugi de perseguições, corri riscos, passei necessidade de comida... até que chegou a hora, conquistei esta terra, esta casa onde moro. Aqui eu cultivo o chão, colho meus alimentos, crio gado, galinhas e porcos que me dão renda. Eu acredito que agora vivo com dignidade, pois dignidade para mim é isso, é ter o que comer para mim e meus filhos, ter onde morar, ter autonomia. (Informação verbal, Assentamento Padre Nilo, Amornópolis/GO, Set./2018).

No entanto, as famílias assentadas também relataram dificuldades para permanecer na terra. Tal fato revela os desafios para manter os trabalhadores no campo, fomentar políticas de desenvolvimento rural/territorial com respeito à diversidade regional do país. A conquista da terra demanda a continuidade de ações que reconheçam cada realidade, as potencialidades produtivas locais e regionais, fomento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, apoios dos governos municipais, fortalecimento de organizações coletivas, investimentos em mercados curtos, orientação no manejo dos solos etc. Em um dos relatos a família entrevistada pontuou o acesso a políticas de desenvolvimento rural:

Nós acreditamos que o governo precisa dar mais atenção para o povo que vive no campo, para as famílias assentadas de reforma agrária. Não basta jogar o trabalhador na terra, é preciso políticas para mantê-los com qualidade na terra, com casa boa, água encanada, luz elétrica, mercados para os alimentos que produzimos, orientar no cuidado com o gado, o manejo das pastagens, a recuperação das nascentes degradadas. Precisamos lutar por melhores políticas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. (Informação verbal, Assentamento Padre Nilo, Iporá/GO, Jun./2018).

Mediante contato com demais famílias do Assentamento Padre Nilo, os trabalhadores pontuaram ainda a necessidade de que sejam fortalecidas ações de apoio técnico, esclarecimentos sobre o uso e manejo das pastagens, doação de mudas de árvores frutíferas nativas do Cerrado e apoio na comercialização da produção. Para isso, considera-se fundamental o fortalecimento de políticas de extensão rural que cultivem a dimensão pedagógica e comunicativa com os territórios camponeses, sua cultura e suas práticas socioculturais. Tal como ensinado por Freire (1977), contrapor as práticas extensionistas que transformam os camponeses em objetos de experiências e planos desenvolvimentistas, negando esses sujeitos como seres protagonistas de mudanças, de guardiões de saberes.

A produção de alimentos nos lotes dos Assentamentos Padre Nilo é diversificada, com cultivos de milho, mandioca, melancia, caju, maracujá, jaca, pimenta, jiló, quiabo e vários outros tipos de hortaliças, além da criação de animais para a alimentação, como porcos, galinhas, patos, angolas e gado leiteiro. Destaca-se a importância da produção local para complementação de renda familiar mediante a comercialização de produtos em feiras, mercados e contatos com consumidores particulares. Os próprios quintais das famílias assentadas revelam a abundância e diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa (figuras 4, 5 e 6).

Figura 4 – Camponês mostra os frutos de um limoeiro no quintal de seu lote no Assentamento Padre Nilo, Amorinópolis/Iporá - GO.



Fonte: Trabalho de campo, Setembro de 2018. Autor: Gonçalves, 2018.

Figura 5 – Horta com plantio de alface e cenoura em quintal do Assentamento Padre Nilo, Amorinópolis/Iporá – GO.



Fonte: Trabalho de campo, Setembro de 2018. Autor: Coelho, 2018.

Figura 6 – Horta com cultivos de mandioca, mamão, banana e pimenta em um lote do Assentamento Padre Nilo, Amorinópolis/Iporá - GO.



Fonte: Trabalho de campo, Setembro de 2018. **Autor:** Coelho, 2018.

Conforme relatado nas entrevistas, mesmo com a produção local diversificada nas áreas de cada lote do Assentamento, muitas famílias não acessam nenhum programa do governo voltado para o fomento da comercialização, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Devido às dificuldades de escoamento da produção de alimentos como hortaliças e frutas, a maior parte das famílias assentadas optou por criação de gado leiteiro, que possui maior facilidade para escoamento, capaz de criar renda sustentável para a família. Mas, não são todos os assentados que possuem animais, e alguns tem que trabalhar fora como diaristas para conseguir manter o sustento da família com uma renda extra.

Perguntados sobre a importância das práticas agroecológicas nos usos do solo, das pastagens, da água e das sementes, as famílias entrevistadas acentuaram a importância da agroecologia. Afirmaram que aos poucos estão recuperando nascentes, utilizam pesticidas orgânicos, alguns baniram o uso de agrotóxicos no lote, outros preservam e cultivam sementes crioulas de milho, feijão, abóbora e quiabo. Percebeu-se, assim, que as oficinas desenvolvidas pela CPT no Assentamento Padre Nilo são fundamentais para fortalecer as experiências agroecológicas, além de contribuir com a formação, consciência e educação socioambiental dos próprios camponeses.

Outro desafio para a produção de alimentos, constatado especificamente no Assentamento Padre Nilo, refere-se à degradação das nascentes e a falta de água em períodos críticos do ano, nos quais ocorre a seca das nascentes, poços e pequenas represas. Essa problemática tem sido enfrentada com o apoio da CPT por meio de projetos de recuperação de nascentes e uso local sustentável e compartilhado das fontes de água.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente na terra, para os entrevistados suas vidas foram transformadas após a conquista do lote nas áreas dos

Assentamentos. A possibilidade de cultivar o cuidado do próprio espaço, ter a liberdade de produzir o necessário para o autoconsumo e venda do excedente, irrigar a vida com estima e integridade, morar no território de existência coletiva, participar das reuniões e dos festejos camponeses. No Brasil, país que nega as condições primárias da vida digna – emprego, comida, moradia, educação, saúde etc. - a milhões de trabalhadores, é inegável a importância da conquista da terra de trabalho, de construir coletivamente os territórios de autonomia camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou resultados de pesquisas que contaram com várias experiências de leituras, estudos em grupo, pesquisas de campo, parcerias com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ações de extensão no Assentamento Padre Nilo. Desde o ano de 2017 temos protagonizado ações com o objetivo de fortalecer tanto a investigação geográfica sobre o espaço agrário em municípios do Oeste Goiano quanto contribuir com a formação de base, lastreamento de parcerias e, de alguma maneira, contribuir com a realidade dos trabalhadores, homens e mulheres, que resistem e lutam para permanecer no campo.

Acreditamos que os resultados apresentados expõem parte de uma realidade complexa, a do espaço agrário goiano, palmilhada pela histórica desigualdade fundiária, pela reprodução de poderes oligárquicos que continuam dominando a terra, a política e a economia, cindida por conflitos agrários, lutas e resistências camponesas. De toda maneira, o contato com o cotidiano de um assentamento rural específico, o Assentamento Padre Nilo, revela trajetórias de resistências, sonhos e conquistas. Mesmo com todos os desafios que persistem, o acesso a terra para muitas famílias materializou esperanças, efetivou alegria no rosto de homens e mulheres que produzem o próprio alimento, vivem em moradias dignas, amanhecem no solo onde podem afirmar: aqui irradia a justiça.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.10, n. 1, p. 11-27, 2007.

FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná**. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001.

_____. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, n. 11, p. 8-32, jul./dez. 2007.

_____. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste / PR enquanto território de resistência camponesa**. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular / UNESP-PPGEO, 2008, p. 273-301.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, XXIII, Washington-DC. **Anais...** Washington-DC: CIAELA, [n. p.], 2001b.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo / Cultura Acadêmica / Unesco, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Brasília: INCRA, 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JUNIOR, A. T. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 2, p. 23-47, dez. 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Geografia passo-a-passo**: ensaios críticos dos anos 1990. Presidente Prudente: Centelha, 2005. p. 20-26.